

ANC PAG-2

CONSTITUINTE

20 FEV 1987

Cardoso fixa prazo para a promulgação

A Constituinte deverá promulgar a nova Constituição em finais de setembro ou início de outubro, previu ontem o relator do regimento interno, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). Entretanto, ele irá fixar no texto regimental a data de 15 de novembro para a promulgação, por considerá-la «folgada». Fernando Henrique acha ser «difícil» que o texto constitucional esteja pronto dia sete de setembro, como pretende o presidente do Congresso Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Fernando Henrique não concluiu os trabalhos de elaboração do regimento. Ainda hoje reúne-se, até às 12 horas, com parlamentares de diversos partidos para debater o texto. À tarde, entrega o substitutivo à Mesa da Constituinte. As questões de maior importância já estão definidas. Resta agora ao relator fixar apenas alguns prazos e decidir se os pequenos partidos terão ou não líderes.

Quanto à questão da soberania, o senador afirmou que ela não estará redigida no regimento. Ao falar sobre o assunto, considerou-o derrubado, apontando o resultado da votação da tarde de ontem na Constituinte, de requerimento convocando o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, para falar em plenário. A matéria foi rejeitada por 245 votos contra 121.

O referendo popular não foi incluído no regimento interno devido a pressões do deputado Ulysses Guimarães que prefere que o assunto seja debatido na Comissão de Sistematização, que contará com 89 constituintes.

Fernando Henrique anunciou que a eleição dos dois vice-presidentes, três secretários e três suplentes da Mesa da Constituinte, presidida por Ulysses, será feita no dia 10 de março, uma terça-feira. Ele espera que até a sexta-feira seguinte, dia 12 de março, a lista com os nomes dos parlamentares indicados para cada uma das nove comissões já tenha sido entregue pelos partidos políticos à Mesa da Constituinte.

Iniciado o trabalho, as oito comissões ordinárias terão sessenta dias para entregar à Comissão de Sistematização a parcela do anteprojeto que lhe coube elaborar. Pelo cronograma do relator, na melhor das hipóteses, estará correndo o dia 16

JORNAL DE BRASÍLIA

de maio. Na Comissão de Sistematização, as emendas das comissões ordinárias serão apreciadas por até quarenta dias. Portanto, o anteprojeto só deverá estar em plenário para receber novas emendas, discutido e votado, artigo por artigo, no início de julho.

As lideranças partidárias poderão discursar diariamente durante quase três horas. Já os outros constituintes terão de se inscrever em listas e aguardar sorteio para proferirem discursos de cinco minutos, no **pinga-fogo**, ou de vinte minutos, no grande expediente.

Para Amazonas, Carta apenas repetirá 46

Curitiba — A expectativa do presidente do diretório nacional do PC do B, João Amazonas, é de que a Nova Constituição “não poderá ir além de uma repetição, talvez um pouco melhorada, da Carta de 46”. Amazonas, que foi constituinte em 46, contou ontem, em Curitiba, que os 15 parlamentares da bancada comunista daquela época, “logo nos primeiros embates, perceberam que o Congresso era um mar de conservadores, com algumas ilhotas de forças progressistas”. Hoje, diz ele, “o panorama que os seis deputados federais do PC do B encontram é o mesmo, só o oceano é que aumentou”.

Ao traçar um paralelo entre as assembleias constituintes de 46 e de 87, Amazonas encontrou algumas semelhanças: a primeira foi a presença do Poder Judiciário na instalação dos Trabalhos. “Mas a nossa bancada em 46 foi a primeira a protestar contra a presença de um corpo estranho (o presidente do Superior Tribunal Eleitoral) no momento da instalação da Constituinte, pois defendíamos a soberania da assembleia”, lembrou. O destaque ao Executivo — com a presença do presidente Sarney — e o discurso do presidente do Superior Tribunal Federal, segundo Amazonas, em 87, “não tiveram protesto formal, porém igualmente antidemocráticos”.

Na instalação, ainda este ano, “a festa deveria ser do povo, que acabou cercado pela polícia, e dos constituintes, que não tiveram participação”. De qualquer forma, destacou Amazonas, “agora fizemos debates que, se não foram amplos, foram ao menos mais extensos que os de 46 quando tivemos apenas três semanas entre a convocação da Constituinte e a eleição”. Também “as proposições democráticas da Constituinte de 46 tinham conteúdo menos denso que as dos dias de hoje, pois agora o Brasil exige uma Carta moderna”.